

Universalidade imaginária e direitos fantasiosos: uma análise discursiva da fala de Isidório na Comissão da Câmara sobre uniões homoafetivas

Imaginary Universality and Fantasized Rights: A Discursive Analysis of Isidório's Speech in the Chamber Committee on Same-Sex Unions

Luiz Felipe Andrade Silva¹
Universidade Federal da Bahia - UFBA
luizfas@ufba.br

Eric Lima Brito²
Universidade Federal da Bahia - UFBA
ericlima@ufba.br

RESUMO: Este artigo analisa a fala do deputado federal Pastor Sargento Isidório durante a tramitação do Projeto de Lei 5167/2009, que propõe impedir a equiparação entre uniões homoafetivas e o casamento civil heterossexual. A partir do dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso materialista, examinam-se as condições de produção de seus enunciados, o funcionamento da função-autor e as regularidades discursivas que atravessam sua formulação. Identifica-se que o sujeito-autor Isidório se ancora em designações como “pastor”, “sargento” e “doido”, que lhe conferem autoridade e autenticidade, cristalizadas na forma de coerência imaginária. Observa-se, ainda, que sua fala se estrutura na reiteração de fórmulas de universalidade (“todo mundo sabe”), produzindo o efeito de neutralidade e imparcialidade. No plano temático, destacam-se dois eixos centrais: a naturalização biologizante-religiosa do sexo/gênero e a contraposição entre Direito e Fantasia. Ao mobilizar simultaneamente discursos científico-biológicos e religiosos, Isidório naturaliza uma concepção essencialista de sexo/gênero, apagando a historicidade e a heterogeneidade dos sentidos e reduzindo dissidências sexuais e de gênero à condição de “fantasia”. Essa oposição reforça a lógica em que a Vida (como dádiva divina e processo biológico) é tratada como verdade universal, enquanto o Direito aparece apenas como concessão precária às exceções. A análise demonstra, assim, que o discurso do deputado, longe de ser neutro, atualiza estratégias de exclusão e hierarquização de corpos e subjetividades, revelando como as disputas discursivas no espaço político operam para delimitar quem pode ou não ser reconhecido como sujeito de direito.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Gênero e Sexualidade; Universalidade.

ABSTRACT: This article analyzes the speech of federal congressman Pastor Sargento Isidório during the legislative process of Bill 5167/2009, which proposes to prevent the legal equivalence between same-sex unions and heterosexual civil marriage. Drawing on the theoretical-methodological framework of materialist Discourse Analysis, the study examines the conditions of production of his statements, the functioning of the author-function, and the discursive regularities

¹ Professore do Instituto de Letras e do Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia; dramaturgue e roteirista; é uma das líderes da Grupa de Práticas em Semântica e Discurso.

² Graduande de letras vernáculas pela UFBA. Pesquisadore da GrupA (grupo de práticas em semântica e discurso).

that shape his formulations. The analysis identifies that the author-subject Isidório anchors himself in designations such as “pastor”, “sergeant”, and “madman”, which confer authority and authenticity upon him, crystallized in the form of imaginary coherence. It is also observed that his speech is structured around the reiteration of universality formulas (“everybody knows”), producing an effect of neutrality and impartiality. On the thematic level, two central axes stand out: the biologizing-religious naturalization of sex/gender and the opposition between Law and Fantasy. By simultaneously mobilizing biological-scientific and religious discourses, Isidório naturalizes an essentialist conception of sex/gender, erasing the historicity and heterogeneity of meanings and reducing sexual and gender dissidences to the condition of “fantasy”. This opposition reinforces a logic in which Life (as divine gift and biological process) is treated as universal truth, while Law appears merely as a precarious concession to exceptions. The analysis thus demonstrates that the congressman's discourse, far from being neutral, updates strategies of exclusion and hierarchization of bodies and subjectivities, revealing how discursive disputes in the political arena operate to delimit who can or cannot be recognized as a subject of rights.

Keywords: Discourse Analysis; Gender and Sexuality; Universality.

Introdução

A primeira união civil homoafetiva do Brasil foi realizada em um município do interior de São Paulo, em junho de 2011. De fato, tratava-se de uma conversão da união estável homoafetiva – possibilitada juridicamente desde 2001 – em união civil, na qual os parceiros teriam direitos equiparáveis aos direitos dos parceiros de um casamento legal entre homem e mulher. Essa equiparação de direitos pelo Supremo Tribunal Federal se deu a partir da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a negação da união estável entre pessoas ditas do "mesmo sexo".

À despeito desse acontecimento, que parecia ter pacificado a discussão em torno do "casamento gay", a questão voltou a ser alvo de discussões em 2023, quando o deputado federal Pastor Eurico, relator do Projeto de Lei 508/2007, que propõe a inclusão da união homoafetiva no Código Civil, aprovou um outro projeto a ele apensado. Tratava-se do PL 5167/2009, de autoria do deputado Capitão Assunção, que "estabelece que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar" (Assunção et al., 2009). É nesse cenário que se insere a fala do deputado Pastor Sargento Isidório, proferida em setembro de 2023, cuja análise compõe o foco deste trabalho.

Nos debates, realizados na Comissão de Previdência, Assistência Social, Família, Infância e Adolescência da Câmara dos Deputados, tanto os defensores quanto os opositores do PL 5167/2009 mobilizaram a noção de “direitos sociais básicos”, ainda que a partir de formações ideológicas (e discursivas) distintas: para uns, a proposta violava direitos das minorias LGBTQIAPN+, enquanto, para outros, fortalecia a “família” (compreendida unilateralmente como cis-heteronormativa) e os “valores cristãos”.

Em discussão de propostas legislativas, realizada no dia 10 de outubro de 2023, o deputado Pastor Eurico justificou a aprovação do PL 5167/2009, tendo sua decisão referendada por doze deputados da comissão, contra cinco votos das deputadas e deputados Laura Carneiro, Erika Hilton, Pastor Henrique Vieira, Erika Kokay e Pastor Sargento Isidório.

Esse último nome é aquele que está associado a talvez uma das mais repercutidas falas de discussão em torno desse projeto de lei, aos 19 de setembro de 2023. Nosso objetivo neste trabalho é analisar a fala do Pastor Sargento Isidório, buscando investigar como se produzem os efeitos de sentido de sexo e gênero, “homem” e “mulher”, a partir da mobilização da memória discursiva.

O breve histórico apresentado acima constitui um enquadramento histórico-político geral, que localiza o debate sobre as uniões homoafetivas no Brasil e a tramitação do PL

5167/2009. Não se trata ainda da análise das condições de produção no sentido teórico adotado pela Análise de Discurso materialista, mas de situar a conjuntura na qual a fala do deputado Pastor Sargento Isidório se inscreve – etapa inicial para depois compreendermos como se dá a produção de efeitos de sentido a partir dela.

Para tanto, nos valeremos do dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso, tal como desenvolvida a partir dos estudos de Michel Pêcheux, na França, e Eni Orlandi, no Brasil. Fazemo-lo em virtude de considerarmos que a produção de sentidos se dá a partir da tensão entre a materialidade linguística e a história, de modo que, para se compreender um enunciado, faz-se necessário considerar “o processo de significação no contexto de situação” (Orlandi, 2008, p. 116). Esse contexto de situação, contudo, não é tomado de forma empírica, mas abarca as condições de produção históricas (a memória discursiva, a imagem dos papéis sociais ocupados pelos participantes da situação de enunciação, as relações materiais de produção etc.).

Dessa forma, para atingirmos nosso objetivo, buscaremos inicialmente compreender como o “nome de urna” do deputado federal Pastor Sargento Isidório revolve a memória discursiva, afetando a produção dos sentidos de seu enunciado; em seguida, como isso se dá pela forma como a função-autor se “inscreve” no texto, a partir da produção de imagens; por fim, analisamos as regularidades discursivas encontradas na fala aqui discutida, de modo a compreender como os discursos biológico e religioso são “atualizados” e combinados de modo a constituir uma percepção universalista de sexo e gênero, que marginaliza dissidências de gênero e sexualidade. Essa ordem de apresentação busca evidenciar como, antes mesmo do conteúdo de sua fala, a posição discursiva ocupada por Isidório condiciona e orienta a produção de sentidos.

Deputado, Sargento, Pastor: Condições de Produção da fala de Isidório

É impossível compreendermos como a fala de Isidório produz sentidos sem entendermos antes as condições de produção que a tornaram possível. Sendo que, para a análise do discurso materialista, essas “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação” (Orlandi, 2015, p. 28) e podem ser divididas em contexto imediato e contexto amplo, sendo o último o contexto sócio-histórico, linguístico e ideológico (Orlandi, 2015, p. 28-29). Além disso, a memória, o interdiscurso, também é parte fundamental da produção do discurso (Orlandi, 2015, p. 29).

O Pastor Sargento Isidório, nome pelo qual concorreu a uma cadeira na Câmara Federal, em 2022, foi eleito com 0,97% dos votos válidos no referido pleito. O nome de urna do candidato pode ser interpretado, a partir do efeito da memória discursiva recuperada pelo avanço da extrema direita na política brasileira – e mundial – nas últimas décadas, que se associaria a eventos como a eleição de Trump, nos Estados Unidos, em 2017 (e sua reeleição em 2024), o Brexit, nome pelo qual ficou conhecida a saída do Reino Unido da União Europeia, mobilizada em grande parte pela xenofobia, em plebiscito realizado em 2020, e a eleição de Bolsonaro como presidente do Brasil, em 2018. Tal relação se materializa na dupla-filiação/identificação a grupos sociais importantes para compreendermos tal avanço: os evangélicos (“Pastor”) e os militares (“Sargento”).

De acordo com o historiador Enzo Traverso (2021), o surgimento de uma “nova” direita radical no cenário político-econômico mundial, inscreve-se na memória de um crescimento similar que se deu na década de 1930, recuperando assim a memória discursiva do fascismo. Não à toa, atualizou-se, na mídia e nos movimentos de esquerda, o uso da palavra “fascismo” e “fascista” como formas de xingamento e da canção “Bella Ciao”, espécie de hino extra-oficial dos *partisans*, grupos organizados de resistência contra o fascismo de Mussolini e o avanço do nazismo na Itália. Koselleck (1989) chama atenção para o fato de que esse “entrelaçamento” linguístico entre linguagem e práticas históricas deve nos servir de guia para a compreensão de “novas experiências”.

Mesmo que, na seção sincrônica – que é, em si, uma abstração –, atos de fala e ações permaneçam entrelaçados, a transformação diacrônica, que é uma construção teórica, não ocorre de forma “real-histórica” ou “conceitual-histórica” no mesmo ritmo temporal ou sequência temporal. A realidade pode ter mudado muito antes que a transformação tenha sido traduzida em um conceito, e, da mesma forma, conceitos similares podem ter sido formados, os quais desencadeariam novas realidades. O que ocorre de forma única na história em andamento só é possível porque as condições que devem ser assumidas se repetem com uma regularidade de longo prazo (Koselleck, 1989, p. 323, tradução nossa)³.

³ No original: "Even if in the synchronic cross-section, which is itself an abstraction, speech-acts and deeds remain entwined, the diachronic transformation which remains a theoretical construction does not occur "real-historically" or "conceptual-historically" in the same temporal rhythm or temporal sequence. Actuality may have changed long before the transformation has been brought to its concept and similarly concepts may have been formed which have released new actualities.

"And yet there is an analogy between social and conceptual history which can be pointed out in closing. What occurs uniquely in history taking place is possible only because the conditions which must be supposed repeat themselves with a long-term regularity."

Desse modo, a nomeação do recente avanço da direita⁴ como “fascismo” nos permite, ao acionar a memória discursiva, compreender esse acontecimento, tomado aqui, a partir de Pêcheux, como “um elemento histórico descontínuo e exterior” que “é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio da memória” (Pêcheux, 2010 [1983], p. 49-50). O efeito de inscrição dessas nomeações no espaço da memória se dá pela própria repetição, correndo o risco de fazer se diluir na regularidade da memória, isto é, no que a história tem de estrutural.

Para a AD, o sentido de um termo ou expressão se dá por sua relação com a formação discursiva a partir da qual esse termo ou expressão é produzido; dessa forma, relaciona-se constitutivamente às posições ideológicas dos participantes do discurso e das condições materiais de produção do sentido. Traverso, em movimento semelhante, aponta para isso ao afirmar que ‘o conceito de fascismo parece ser [concomitantemente] inapropriado e indispensável para compreender essa nova realidade’ (2021, p. 11).

Bobbio et al. (1998, p. 992) definem fascismo, de forma geral, como um sistema autoritário de dominação política caracterizado pela

monopolização da representação política [...]; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional [...]; pelo aniquilamento de oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações [...]; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais.

A “nova” direita, ou o “pós-fascismo” – como a chama Traverso (2021) –, guarda alguns traços comuns com o “fascismo histórico”, tais quais o nacionalismo – materializado no bordão de Trump, “Make America great again”, e no slogan de Bolsonaro, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” –; o culto da personalidade, haja vista ser também denominado, em nossa sociedade, como “bolsonarismo”, evocando como chefe Jair Bolsonaro; a violência (simbólica ou não) como forma de tolher manifestações de oposição; e ainda por possuir formas de regulação das informações, de centralismo político e de posicionamento econômico.

Por outro lado, a recuperação do nome “fascismo” na contemporaneidade se estabelece em um contexto de profundas diferenças no modo como se organiza o modo de produção do capitalismo. O fascismo, de acordo com Boito Jr. (2019, p. 3), seria “uma das formas ditatoriais

⁴ Cumpre destacar que a nomeação “direita” para um conjunto heterogêneo de posicionamentos político-econômicos, orientados pela defesa dos interesses capitalistas, recupera – ela mesma – a memória discursiva da organização espacial do parlamento francês, à época da Revolução Francesa e do Império de Napoleão Bonaparte, na qual os partidários do rei sentavam-se à direita do presidente da assembleia e os revolucionários à sua esquerda.

do Estado capitalista”, que se caracteriza por uma ideologia reacionária de massa e atende, no plano econômico, aos interesses da burguesia nacional. No caso do fascismo dos anos 30 e 40, essa política econômica caracterizava-se por um intervencionismo de Estado, pela privatização e o controle das relações entre mercado externo e interno. Hoje, por um lado, temos um regime democrático-burguês vigente, ainda que em crise, por outro, temos uma economia *neoliberal*, que se estrutura a partir da competição desenfreada, da perda de direitos trabalhistas pela pretensa autonomização do trabalhador, da existência de multinacionais – nada disso entra em contradição com o fascismo, segundo Boito Jr. (2019, p. 3), mas torna suas feições diferentes daquelas assumidas anteriormente.

[O fascismo, assim como o neofascismo] é movido por um discurso superficialmente crítico – e, ao mesmo tempo, profundamente conservador – sobre a economia capitalista e a democracia burguesa. A sua ideologia é heterogênea, pouco sistemática, e nela se destacam a designação da esquerda como o inimigo a ser destruído, o culto da violência, um nacionalismo autoritário e conservador e a politização do racismo e do machismo. É um movimento que chega ao poder, não como representante [das] classes intermediárias, mas, sim, após ter sido politicamente confiscado pela burguesia ou uma de suas frações com o objetivo de, apoiada nele, superar uma crise política e implantar um governo antidemocrático, antioperário e antipopular (Boito Jr., 2019, p. 4).

Ao assumirem-se, como nome de urna, as designações “pastor” e “sargento”, promove-se uma atualização da memória, buscando reaver valores de determinada ordem social que se encontra pulverizada por uma série de rupturas tanto no âmbito dos movimentos sociais, como as conquistas dos movimentos feministas e, mais especificamente, para fins deste trabalho, dos movimentos LGBTQIAPN+ nas últimas décadas, quanto no âmbito das “revoluções” do próprio capitalismo (Lazzarato, 2006). De acordo com Guimarães (2002, p. 9), “[a] *designação* é o que se poderia chamar de significação de um nome [...] enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história”. Assim, de um lado, essas designações juntas, como surgem no nome de urna do deputado, reatualizam a memória histórica dos movimentos conservadores. Nesse funcionamento, elas se mesclam em sua figura como significantes de autoridade dentro da formação discursiva da extrema direita, uma vez que, nos cultos, ele prega vestido com a farda de sargento da polícia.

De outro lado, retomam, cada uma, determinadas características que constituem a construção histórica cristalizada no sentido dessas palavras. Por ser “pastor”, alia-se a uma moralidade fundada no patriarcalismo e na família heterocentrada; por ser “sargento”, coloca-se como representante das classes intermediárias e membro de uma organização capaz de,

através do uso da força, restaurar tanto os valores familiares quanto a nação, apresentada como face imaginária do Estado capitalista, em oposição aos movimentos de esquerda.

Essas designações produzem uma imagem de Isidório que afeta, de antemão, o enunciado que ele produz, tomado como sujeito-empírico. Cabe, portanto, reforçar que aquilo que entrará em jogo na produção dos sentidos não tem a ver com o sujeito enquanto realidade concreta e evidente, centrado sob a égide de um “eu” que controla autonomamente o seu dizer. Pelo contrário,

[a] evidência do sujeito, ou melhor, sua identidade, esconde que esta resulta de uma identificação, que é o que constitui sua interpelação. Essa interpelação – que se dá pela ideologia – produz o sujeito sob a forma de sujeito de direito (jurídico) que, historicamente, corresponde à forma-sujeito do capitalismo (Orlandi, 2008, p. 56-57).

Dizer-se “deputado”, “pastor” e “sargento” é designar a si a partir de lugares sociais, portanto, coletivos – no entanto, como alerta Pêcheux (2019 [1969], p. 39), “seria ingênuo supor que *o lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo”. O que funciona é uma série de formações imaginárias acerca do que seria um deputado, um pastor e um sargento. Da mesma maneira, o nome próprio “Isidório”, individualizando esses lugares sociais, acaba por produzir outros tantos efeitos de sentido⁵.

O Efeito-autor Isidório

Manoel Isidório de Santana Junior é o nome de registro do deputado Pastor Sargento Isidório. Apesar da longa carreira na política que mantém desde 1998, tendo exercido dois mandatos como deputado estadual na Bahia anteriormente, segundo ele, “deputado” é apenas um cargo que ele exerce. Nas palavras que ele declarou em uma entrevista: “Primeiro, eu tenho algumas separações na minha vida. Eu sou sargento de polícia, eu sou pastor e eu estou deputado. Eu não nasci deputado, eu estou. É o povo que nos dá o voto, por um direito popular.” (Souza; Júnior; Marques, 2013)”. Pelo uso dos verbos “ser” e “estar”, coloca-se em jogo a

⁵ Esse funcionamento das designações no discurso político, em que o que opera não é o lugar empírico ocupado pelo candidato, mas o imaginário desse lugar constituído pelas formações discursivas e ideológicas, é analisado por Silva Sobrinho (2012) em sua leitura do discurso político-eleitoral como “teatro das identidades”. O autor demonstra, a partir de Indursky (1997), que a determinação discursiva consiste em saturar uma expressão nominal para qualificá-la a integrar sequências discursivas afetadas por determinadas formações discursivas, operação que, no caso de Isidório, incide diretamente sobre os termos “pastor”, “sargento” e “doido”.

dialética entre *essência* e *contingência* na constituição do sujeito como efeito ideológico. Observa-se o modo como o sujeito encontra-se preso e é constituído por uma “rede de significantes” da qual resulta como “causa de si” (Pêcheux, 2009 [1975], p. 143). Haveria um sujeito prévio, um “eu” (sempre-já-lá), chamado por um nome: eu esse que é o que é – e como tal se diferencia do que faz, do que é transitório⁶.

“Ser pastor” e “ser sargento” constituem modos de identificação que “coexistem, indissociavelmente, [à] interpelação [...] e produção de sentido” na forma-sujeito do discurso (Pêcheux, 2009 [1975], p. 243). Elas apontam para uma filiação por identificação a uma formação discursiva, da mesma forma como “estar deputado”. Tudo isso se cristaliza na forma do nome próprio de Isidório. Este (o nome próprio) materializa na língua a interpelação do indivíduo em sujeito, a partir dos aparelhos ideológicos de Estado, de modo a produzir um efeito segundo o qual “[e]u sou o meu nome, é o meu nome que me faz existir, que me faz estar na realidade objetiva, ou seja, para os outros. O meu nome é a imagem que me faz existir para os outros e que, portanto, me faz existir para mim” (Ponzio, 2010, p. 116).

Dentro dos processos discursivos, o nome próprio constitui um traço fundamental para o estabelecimento da função-autor, da qual se exige coerência, unidade, não-contradição: “Essas exigências têm uma direção: procuram tornar o sujeito visível (enquanto autor, com suas intenções, objetivos, direção argumentativa). Um sujeito visível é calculável, controlável, [...] identificável” (Orlandi, 2008, p. 79). Nesse sentido, o nome próprio, ao mesmo tempo em que singulariza o sujeito no espaço social, opera como dispositivo que ancora a função-autor na produção de coerência como efeito discursivo. É pela estabilidade presumida do nome que se sustenta imaginariamente a visibilidade e o controle do autor, apagando a historicidade e a heterogeneidade que atravessam sua constituição discursiva.

Desse modo, a autoria é uma instância que promove o apagamento do sujeito, tornando-o uma evidência, uma “causa de si”. Esse apagamento é constitutivo do sujeito, é seu modo de existência nas condições de produção históricas do sujeito. Diante disso, o que Isidório diz é interpretado a partir de determinada imagem que se faz dele como ser coerente, uno, idêntico a si mesmo.

⁶ Tal diferenciação será reforçada na fala de Isidório, analisada na próxima seção deste trabalho, na relação entre o “universal, o “verdadeiro”, o “eterno” da Ordem, da Moral, do Deus (cristão), em oposição ao “acidental”, o “contingente”, o “transitório” da Política, do Direito. Isso também reverbera a negação da política como traço da extrema-direita.

Por isso, torna-se relevante analisar outros enunciados produzidos por Isidório, de modo a entender como eles constituem a imagem a ser atrelada à autoria em funcionamento no interior dos processos discursivos em tela.

Além de “pastor” e “sargento”, Isidório também se apresenta como “doido”. No início de sua fala, na comissão do casamento homoafetivo, ele afirma que, “na Bahia, todo mundo me conhece, inclusive, como doido”. Tal “identidade” – se assim podemos chamá-la – é produzida como efeito de suas falas polêmicas, em suas performances na política e no centro de reabilitação Doutor Jesus. Isso compõe, de certa maneira, o cenário político da direita atualmente, no qual a produção de polêmicas e falas eticamente suspeitas acabam por atrair eleitores que admiram a “coragem da verdade”. Em sua candidatura a deputado federal, ele se autointitulou “doido federal” e seu jingle dizia: “Agora é a vez do doido/O maluco quer acabar com as drogas” (Carvalho, 2018). De acordo com matéria de *O Globo*, publicada em 2019:

Ele [Isidório] disse que a performance faz parte do personagem que criou para si: ao personificar um sujeito desequilibrado, visa mostrar aos internos⁷ que, se ele se recuperou, todos podem se recuperar também. Afirmou ainda que o personagem, ora ‘louco’, ora autoritário, existe para impor respeito (Costa, 2023).

Tal performance abre a possibilidade de a função-autor produza o efeito de que a coerência (consigo) se manteria ao ser incoerente (em suas posições)⁸. À luz da AD, compreendemos isso não como um “projeto consciente” de criação de uma persona para si, mas efeito da relação entre a materialidade simbólica e o real da história – o que se observa, na atualidade, pela proliferação de “perfis políticos” que se notabilizam por seu caráter flutuante ou mesmo “pitoresco”.

Um enunciado, no segundo turno das eleições de 2018, exemplifica essa contradição. Apesar de o partido a que estava filiado, o Avante, ter declarado apoio ao então candidato Jair Messias Bolsonaro, Isidório declarou voto ao seu oponente, Fernando Haddad: “Votarei no Haddad, ele não é o homossexual que eu pensava. É casado há 30 anos com a mesma mulher, tem filhos. Tudo que eu pensava foi desconstruído” (Carvalho, 2018).

⁷ O Pastor Isidório é fundador da Fundação Doutor Jesus, uma instituição de assistência social voltada ao tratamento de dependentes químicos, em Candeias-BA. Os “métodos de tratamento” e condições a que são submetidos os internos são alvo de polêmica, mas abordá-las seria fugir ao escopo do que pretendemos neste trabalho.

⁸ Observa-se esse “efeito de *coerência incoerente*” no próprio caso do PL 5167/2009. A despeito de sua fala polêmica, invalidando a existência de pessoas trans e de relações homoafetivas, o deputado votou contra a proposta que visava abolir a equiparação jurídica entre uniões heterossexuais e homoafetivas. Sobre isso, discorreremos mais adiante.

Ele mesmo declara-se ex-homossexual, assim como ex-bandido, ex-viciado, ex-alcoólatra, “identidades” que funcionam como validação de suas políticas e falas de combate às drogas e de valorização da família cis-heteropatriarcal. É preciso destacar que, para a AD, as palavras não são transparentes e não tem um único e estável significado, mas “podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes” (Orlandi, 2015, p. 42). Na formação discursiva em que as falas de Isidório se inscrevem, a homossexualidade é significada como conduta, um “hábito”: algo que se pratica e, portanto, se abandona.

É passível de análise que o termo mobilizado no enunciado atribuído Isidório não seja “prática”, mas “hábito”: “Isidório afirmou ter se livrado do alcoolismo, das drogas e da vida homossexual depois de ter se convertido à religião evangélica. Disse que, mesmo sem ter feito tratamento médico, nunca mais incorreu em nenhum dos três hábitos” (Costa, 2023). O termo “hábito”, e não “prática”⁹, “orientação” ou “identidade”, se coloca de forma polêmica em relação às discussões em relação à “natureza da homossexualidade” ou mesmo da sexualidade em geral. O termo “hábito” pertence ao registro do comportamento repetido e voluntário, passível de correção moral e religiosa, apagando qualquer dimensão constitutiva do sujeito. Tal significação se reflete no modo como Isidório fala sobre a persistência do desejo:

[...] como todo viciado, [Isidório] contou que vive uma luta diária contra as tentações que já rondaram sua vida. “A cervejinha continua gostosa, o uísque com uma pedrinha de gelo também”, admitiu. Sobre a vontade de se relacionar com homens, concluiu que, tendo sido gay, é melhor manter distância. “Nos momentos ruins, as tentações vêm a toda hora”, ponderou. “Se ficar agarrado com homem, quem com porcos se junta, farelo come” (Costa, 2023).

Há ainda outras identidades que entram em jogo para constituir a imagem da função-autor Isidório, como a de vítima de abuso e grevista. No entanto, não iremos nos dedicar a elas, uma vez que é nosso trabalho, enquanto analistas, delimitar o que das condições de produção, interdiscurso e forma-sujeito é produtivo para a análise que está sendo realizada. Além disso, como nos lembra Orlandi, “o modo como o sujeito ocupa seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem direito à exterioridade (interdiscurso) que o constitui” (Orlandi, 2015, p. 47), ou seja, não trazemos as opiniões de Isidório sobre as identidades que o constituem por

⁹ A distinção entre “hábito” e “prática” não é trivial no campo dos estudos de gênero e sexualidade. Preciado (2022 [2002]), como se verá adiante, desnaturaliza precisamente essa concepção de sexo/gênero como dado biológico ou comportamento corrigível, demonstrando que tanto o sexo quanto o gênero são efeitos de uma tecnologia biopolítica, de modo a assumir uma posição radicalmente distinta daquela inscrita na formação discursiva a que se filiam as declarações de Isidório.

ele as controlar, afinal ele não o faz, mas sim por sua posição de aceitação, negação ou deslocamento delas produzirem novos sentidos que a elas se associam.

Por fim, é importante destacar que a autoria é uma função que o sujeito ocupa em que se estabiliza a dimensão do acaso do discurso pelo jogo de coerência entre discurso e identidade enquanto formação imaginária assumida pela função-autor (Orlandi, 2015, p. 72-75). Trata-se, portanto, de um efeito que não se confunde com uma essência individual, mas que se produz nas condições históricas e discursivas que delimitam o que pode ou não ser dito. É nesse enquadramento que se inscrevem os enunciados de Isidório na comissão, os quais passamos a examinar a seguir.

Um Deus e uma Ciência contra o Direito

Da fala de Isidório, durante a reunião do dia 10 de outubro de 2023, sobre o projeto de lei que visava abolir a equiparação entre a união estável homoafetiva e o casamento civil heterossexual, recortamos as seguintes sequências discursivas:

(SD-1) Eu sou conhecido, na Bahia *todo mundo* me conhece

(SD-2) *todo mundo sabe* da minha fala clássica, que é inclusive uma fala *universal*

(SD-3) Mesmo com o Direito à fantasia, homem mesmo cortando a binga não vai ser mulher, mulher tapando a cocota se for possível não será homem, *todo mundo sabe, todo mundo sabe, todo mundo sabe*

A reiteração de “todo mundo sabe/conhece” reforça a ideia de um discurso que se pretende universal, o que equivaleria dizer: imparcial, neutro. Essa necessidade de afirmação é efeito da “heterogeneidade enunciativa” (Pêcheux, 1997 [1983], p. 316): o “outro” aqui não é apenas um interlocutor empírico, mas um lugar discursivo já ocupado na memória, que se faz presente como antecipação e orientador do dizer. O mecanismo de reiteração da universalidade funciona como defesa e legitimação contra um discurso outro, segundo o qual o posicionamento de Isidório como representante da direita, do militarismo, do cristianismo conservador, não deveria ser levado em conta por ser muito particular, parcial, comprometido.

Para que esse efeito seja válido, isto é, que se possa considerar a fala de Isidório como inscrita em um suposto (e inexistente) discurso de verdades absolutas, é necessário que

Isidório ocupe uma função-autor também universal, neutra no campo da política; como se pode observar em:

(SD-4) sempre estive no meio do povo de esquerda, tenho amizade dos dois lados, não me defino nem como direita nem esquerda.

Afirmar-se “estar sempre no meio da esquerda”, e não o fazer em relação à direita, pode ser compreendido pelo fato de isso ser algo já-dado, “óbvio”. No entanto, o efeito produzido é de que Isidório é tão imparcial que, sendo de direita, está no meio da esquerda. Além disso, não ser “direita nem esquerda” implicaria ser central, ser reto, não ser enviesado?

Da mesma forma, sua fala também busca se colocar em uma posição universal no campo da religião, mas para isso não busca a neutralidade, não reproduz a estrutura da primeira frase, afirmando “não me defino nem como religioso nem como ateu” por exemplo, mas declara

(SD-5) Nós somos o povo religioso, sejamos católicos ou evangélicos, nós cremos, ou umbandistas, mas cremos em um Deus que tem uma palavra, nós respeitamos essa palavra.

O enunciado “nós somos o povo religioso” produz dois possíveis efeitos de sentido: ou não há ninguém que não seja religioso, ou, se alguém não é religioso, ele não é parte do povo que Isidório delimita. Observando-se que não se trata de “um povo religioso”, mas de “o povo religioso”, produz-se o efeito de que esse povo é único, cabendo perguntar-nos: seria esse um povo supranacional? um povo homogêneo em sua fé, supradenominacional? Certamente, contudo, “povo religioso” aqui equivale, por efeito intradiscursivo, a “povo cristão”, pela enumeração de filiações religiosas (católicos, evangélicos, umbandistas¹⁰) e pela crença em “um (único) Deus” e em sua “(única) palavra”, isto é, a Bíblia.

Como explica Guimarães, retomando o conceito de auditório universal de Perelman (1977): “representar enunciador e destinatários como universais é representar a verdade de uma enunciação por ela se dar como se pudesse ser de qualquer pessoa, independente de suas crenças ou convicções pessoais ou sociais” (2001, p. 163).

Contraditoriamente, a fala também atribui um caráter de singularidade a seu autor. Apresentam-se outras sequências, no qual se afirma que o público como um todo já reconhecera Isidório. Para tanto, recuperamos sequências já trabalhadas sob outra perspectiva:

¹⁰ Cabe recordar que Isidório só cita os “umbandistas”, o que se verifica pela quebra sintática do seu enunciado, após a intervenção de outro deputado.

(SD-1) *Eu sou* conhecido, na Bahia todo mundo *me* conhece

(SD-2) todo mundo sabe da *minha fala* clássica, que é inclusive uma fala universal

E ainda:

(SD-6) *não me defino* nem como direita nem esquerda. Agora, *sou definido* como um dos homens de Deus

Ele não se define a si mesmo “nem como direita nem esquerda”, mas é definido por uma instância externa (o povo, a igreja?) “como um dos homens de Deus”. Tal empenho de posicionar a si como autor e a seu discurso como singulares, reforça sua fala como “autêntica” – não oriunda de interesses externos ou falsa –; podendo ser, portanto, ao mesmo tempo que singulares, universais, isto é, “verificados” como verdadeira, representando uma verdade única.

Sem nos afastarmos da construção da imagem de Isidório como autor universal e singular, logo: verdadeiro, pode-se perceber que, para tal, lança-se mão de elementos que derivam de dois discursos aparentemente antagônicos entre si: o discurso científico biológico e o discurso religioso cristão. Esse “antagonismo” é efeito da memória de uma série de dissensões entre postulados cristão e biológicos, como por exemplo a relação polêmica entre criacionismo, de um lado, e as teorias do big bang e do evolucionismo, de outro.

O discurso biológico se atualiza nas seguintes sequências discursivas que validam a “procriação” como objetivo máximo da relação sexual:

(SD-7) homem e mulher que é igual a filhos

(SD-8) homem com homem não procria, mulher com mulher não procria essa é a nossa constituição

Na SD-7, pode-se observar a estrutura de uma conta matemática (universal e verdadeira): homem + mulher = filhos = procriação, enquanto homem + homem \equiv mulher + mulher \neq filhos \neq procriação. Observe-se que a palavra procriação está atrelada historicamente ao reino natural: aos animais, atualizando assim a condição “natural”, “biológica” do ser humano – o que de certa maneira se distancia da concepção de ser humano como “joia da criação”, como elemento diferente no mundo natural, aquele que dá nome aos animais, aquele que é responsável pelos animais (Bíblia Sagrada, Gênesis 1:26-28).

Encontramos o discurso religioso na seguinte sequência:

(SD-9) Com a bíblia na mão, o livro mais lido no mundo, eu quero registrar que Deus criou o homem a sua imagem e semelhança, Deus criou, Deus criou, portanto, homem e mulher...
 “Criado homem e mulher Deus os abençoou e disse: ‘Frutificai e multiplicai-vos e enchei a terra’”

Novamente, promove-se um efeito de universalidade e verdade única, calcado seja na tradição judaico-cristão como religião universalista, seja na ciência como produção de conhecimento universal. Tal produção de sentido é reforçada continuamente pela fórmula constante no enunciado do deputado, a que já fizemos menção: “Todo mundo sabe que...”. E de tal modo essa conjunção entre ciência e religião se faz presente que se chega a produzir a seguinte formulação:

(SD-10) *Deus criou naturalmente* homem e mulher que é igual a filhos

(SD-11) *Naturalmente Deus criou* homem e mulher e abençoou e disse frutificai, multiplicai a terra.

O ato mágico da criação pela palavra – “E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança” (Bíblia Sagrada, Gênesis 1:26) – é “natural”, contraditoriamente compreendido como espaço de produção de regularidades, em oposição ao acontecimento pontual, excepcional da criação.

As duas sequências, porém, pelo deslocamento do advérbio “naturalmente” produzem efeitos de sentido que diferem entre si e se reforçam: “criar naturalmente” pode ser interpretado como “o ato de criação divina é um ato natural, pertencente ao mundo natural” ou “o ato de criação divina é um ato que produziu um ser natural, pertencente ao mundo natural”; mas especialmente em “naturalmente criou”, pode-se produzir o efeito de sentido de que “é óbvio que Deus criou”.

Nesse discurso biologizante-religioso, “homem” e “mulher” são definidos como essências, não como práticas ou funções. Isso implica dizer que não são tratados como gêneros que adquirem seus valores na relação que estabelecem entre si dentro do sistema sexo/gênero, de ordem sócio-histórica e, portanto, política.

Toda sociedade [...] tem um sistema de sexo/gênero - um conjunto de disposições pelas quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humana é moldada pela intervenção humana, social, e satisfeita de uma maneira convencional (Rubin, 2017 [1975], p. 17).

Nas sequências a seguir, podemos compreender que essas “essências” são de ordem morfológica:

(SD-12) Todo mundo sabe da minha fala clássica de que é uma fala inclusive universal, é *homem nasce como homem*, com *binga*, portanto, com *pinto*, com *pênis*, *mulher nasce mulher* nasce com sua *cocota*, sua *tcheca*, portanto sua *vagina*.

O modo como se constrói, na materialidade discursiva, a definição dessas essências é argumentativamente tautológica: “homem nasce como homem” e “mulher nasce mulher”. Podemos interpretar os primeiros termos como fazendo menção ao gênero, ao estatuto social constituído por uma performance específica, “homem” e “mulher” que só são possíveis dentro da lógica biológico-religiosa que determina, no momento do nascimento, quem pode exercer/ocupar esse papel de gênero – isto é, aqueles que nascem com determinadas características anatômicas: para ser homem (gênero) é preciso nascer homem (essência/natureza), o que implica dizer “[nasce] com binga, portanto, com pinto, com pênis” e para ser mulher (gênero) é preciso nascer mulher (essência/natureza), o que implica dizer “nasce com sua cocota, sua tcheca, portanto sua vagina”.

Há em funcionamento aí uma oposição à clássica fala de Simone de Beauvoir: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (2009 [1949], p. 322). A autora defende, em seu livro, que não há um “destino biológico” que defina o modo como a mulher ou “a fêmea humana” vive na sociedade – e isso se dá pela relação com o Outro. Lendo-a a partir da noção de sistema, trazida por Rubin (2017 [1975]), é porque há elementos/termos que se posicionam de forma autoritária, homem e mulher, que cada um recebe seus papéis dentro do próprio sistema.

Na fala de Isidório, produzida a partir de determinada posição-sujeito, “homem” e “mulher” seriam definidos por seus atributos anatômicos, primeira e essencialmente. Lá, homem é homem porque homem nasce com uma genitália específica, “genitália masculina”, cuja finalidade máxima seria a procriação; ao mesmo tempo, mulher é mulher porque mulher nasce com uma genitália específica, “genitália feminina”, cuja finalidade máxima também seria a procriação. A procriação seria a “causa final” do pênis e vagina, o objetivo que os define.

Preciado, em seu *Manifesto contrassexual* (2022 [2002]), afirma que

[s]egundo essa lógica, a partir de um órgão periférico (o nariz, a língua ou os dedos, por exemplo) é impossível reconstruir a totalidade do corpo como sexuado. Assim, os órgãos sexuais não são apenas “órgãos reprodutores”, no sentido de permitirem a

reprodução sexual da espécie, mas são, também, e sobretudo, “órgãos produtores” da coerência do corpo como propriamente humano (2022 [2002], p. 132-133).

A lógica a que Preciado faz menção (“segundo essa lógica”) é o alvo de sua crítica. Trata-se de uma lógica baseada numa tecnologia biopolítica que promove a essencialização e naturalização do “sexo” a partir da genitália, tomada como parte do corpo que sintetiza o estatuto desse corpo e, conseqüentemente, do sujeito ao qual se atribui. O que a aproximação com a fala de Isidório permite ver é que o discurso biologizante-religioso reatualiza, no espaço político, precisamente aquilo que Preciado desnaturaliza no campo teórico.

Em SD-12, promove-se ainda um efeito de sinonímia (Pêcheux, 2019 [1969], p. 53): os termos “cocota”, “tcheca” e “vagina”, assim como “binga”, “pinto” e “pênis”, não circulam nos mesmos registros nem nas mesmas práticas sociais; distinguem-se por sua inserção em espaços enunciativos, posições de sujeito e relações de poder distintas. O efeito discursivo produzido por Isidório é justamente o de apagar essa heterogeneidade, tratando-os como nomes intercambiáveis para uma mesma coisa extralinguística. Reforça-se, assim, o efeito de transparência da linguagem: como se houvesse algo do mundo simplesmente óbvio que recebe vários nomes sem com isso mudar sua natureza, sem que houvesse deriva sócio-histórica.

Cabe observar ainda o uso do operador argumentativo “portanto”:

(SD-12) Todo mundo sabe da minha fala clássica de que é uma fala inclusive universal, é homem nasce como homem, com binga, *portanto*, com pinto, com pênis, mulher nasce mulher nasce com sua cocota, sua tcheca, *portanto* sua vagina.

Na gramática tradicional, o “portanto” é um marcador de conclusão, produzindo um efeito de que a sequenciação produz uma cadeia de raciocínio lógico: x portanto y . Isso cria o efeito de que se trata de uma dedução evidente e necessária, como se o nascimento (com órgão) levasse inevitavelmente à identidade de gênero. No entanto, x e y , para essa formação discursiva, parecem assumir o mesmo valor – uma vez que a linguagem é tomada como transparente em sua relação com o mundo, de modo que $x = y$ também.

Naturaliza-se, dessa forma, uma equivalência, fazendo com que aquilo que é uma construção discursiva, histórico-ideológica, apareça como uma sequência lógica, indiscutível porque óbvia. O operador apaga a historicidade e a heterogeneidade dos sentidos de “homem” e “mulher” e apresenta a relação como tautologia transparente.



Pode-se observar, porém, que há uma espécie de ponto de sutura entre a linguagem vulgar (binga, pinto, cocota, tcheca) e a linguagem técnica, biológica (pênis, vagina). Ao ligar

os termos, o operador argumentativo “portanto” funciona como se validasse cientificamente uma fala atravessada pelo registro popular, colando ambos em um mesmo regime de verdade.

Essa concepção essencialista de sexo/gênero, que é constituinte do discurso biologizante-religioso tal como representado na fala de Isidório, também se revela na menção às operações de redesignação sexual:

(SD-13) homem mesmo *cortando* a binga não vai ser mulher, mulher *tapando* a cocota se for possível não será homem

Os verbos que se referem a essas operações são “cortar” e “tapar”, o que promove um efeito de superficialização dos órgãos reprodutivos – como se estes fossem uma espécie de apêndice de uma construção natural do que implica ser homem ou mulher. Pela produção de paráfrases, observamos que o uso de verbos como “criar”, “construir”, “modificar” ou “transformar” promoveriam um sentido mais complexo para a genitália – sentido esse que indicia a reversibilidade morfológica entre ambos. Como denuncia Preciado,

[a]s operações mais conhecidas como cirúrgicas de mudança de sexo e de reatribuição sexual, popularmente estigmatizadas como casos-limites ou exceções estranhas, não passam de mesas secundárias nas quais se renegocia o trabalho de recorte realizado sobre a primeira  mesa de operações  abstrata pela qual todos nós passamos. A própria existência das operações de reatribuição ou mudança de sexo, assim como os regimes de regulação legal e médicos que estas suscitam, são a prova de que a identidade sexual (“normal”) é sempre em todo caso o produto de uma tecnologia biopolítica custosa (Preciado, 2022 [2002], p. 130).

A “primeira mesa de operações” é, muitas vezes, a mesa do consultório médico onde se faz a ultrassonografia que estabelece, através da observação do tubérculo genital, qual seria o gênero do bebê – menino ou menina –; outras tantas vezes, pode ser a mesa de jantar da casa de uma família cisheteronormativa, onde se vai escolher o nome do bebê, a cor das suas roupas ou da parede do quarto. Podemos, portanto, considerar o sexo/gênero como o primeiro (ou um dos primeiros) aparelhos ideológicos aos quais os indivíduos são submetidos para serem interpelados em sujeitos.

O sexo não seria uma criação divino-biológica mas sim humano-tecnológica, que integra os mecanismos de poder de uma sociedade. Nem o pênis nem a vagina seriam a origem essencial da qual o gênero emana, mas seriam eles também construções. Tal concepção de sexo/gênero resulta em uma significação distinta do que são as cirurgias de redesignação sexual; se o sexo é uma construção tecnológica imposta aos sujeitos (que os constitui como tal) pelos

dispositivos sociais, uma operação de “mudança de sexo” é uma forma pela qual o sujeito se apropria das ferramentas que já foram utilizadas em seu corpo (ou contra ele) e produz um corpo e uma subjetividade distintos. Não se destrói nem se dissimula, mas se cria e transforma a partir do corpo já construído pelos dispositivos e por meio das mesmas ferramentas que foram usadas para tal construção:

o sexo, como órgão e prática, não é um lugar biológico preciso nem uma pulsão natural. O sexo é uma tecnologia de dominação heterossocial que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros (feminino/masculino), fazendo coincidir certos afetos com determinados órgãos, certas sensações com determinadas reações anatômicas (Preciado, 2022 [2002], p. 36).

No entanto, de forma aparentemente contraditória, Isidório também declara:

(SD-14) *respeitando portanto toda fantasia, respeitando o direito fantasioso de qualquer homem ou mulher querer fazer o que quiser com o seu corpo, precisamos também do respeito à nossa fé.*

(SD-15) Mesmo com o *Direito à fantasia*, homem mesmo cortando a binga não vai ser mulher, mulher tapando a cocota se for possível não será homem, todo mundo sabe, todo mundo sabe, todo mundo sabe

(SD-16) nós não temos nada contra os direitos, não temos nada contra...

Cabe observar que "direito", nas sequências acima, não opera com o sentido de sistema jurídico – o Direito como ordenamento legal –, mas desliza para um sentido mais difuso: prerrogativa individual, permissão, liberdade de escolha sobre o próprio corpo. É esse deslizamento semântico que sustenta a lógica de Isidório.

A transexualidade é compreendida, na FD em que se inscreve Isidório, como "fantasia", ficção, irreabilidade, separando o sexo/gênero “real” (“homem com binga”; “mulher com cocota”) de um “gênero irreal”. Esse gesto retoma o funcionamento já observado na fórmula "todo mundo sabe" (SD-2; SD-3; SD-15): o que é da ordem da Verdade não precisa ser demonstrado, apenas reiterado, afinal é universal, óbvio, dado. O “direito à fantasia” é tolerado desde que não ameace essa verdade da fé e da natureza. O Direito aparece, assim, como concessão precária à exceção; a Verdade, como universal permanente.

É por ocupar um lugar provisoriamente (“estou deputado”) que se defende o direito, enquanto a verdade é da ordem do permanente (“sou sargento de polícia, eu sou pastor”). Dessa forma, o voto de Isidório contra o fim da equiparação entre as uniões civis homossexuais e o

casamento cisheteronormativo é coerente com suas declarações: o Direito não defende a homossexualidade e a transexualidade a despeito de serem “fantasias”, mas precisamente enquanto tais, como exceções toleradas que confirmam e reforçam a regra.

É por ocupar um lugar, provisoriamente – “estou deputado” –, que se defende o direito, apesar de a verdade ser da ordem do permanente – “*sou* sargento de polícia, eu *sou* pastor”. Dessa forma, apesar de suas declarações, Isidório acabou votando contra o fim da equiparação entre as uniões civis homossexuais e o casamento cisheteronormativo. O direito aqui não defende a homossexualidade e transsexualidade apesar de serem fantasias, mas os defende *enquanto* fantasias.

Se nas sequências anteriores “direito” opera como prerrogativa individual – liberdade tolerada de dispor do próprio corpo –, os dois sentidos estão imbricados na prática política de Isidório: é enquanto deputado, no âmbito do ordenamento jurídico, que ele decide o que se tolera como “direito à fantasia”. O individual e o jurídico não são registros separados: o voto de Isidório é precisamente o gesto pelo qual a prerrogativa individual se converte em Direito. É nesse sentido que a articulação com Gadet e Pêcheux se torna produtiva:

O poder do Estado burguês reveste, portanto, ao mesmo tempo a forma logicista de um sistema jurídico concentrado em um foco único e a forma sociologista de uma absorção negociada da diversidade: poder que funciona simultaneamente segundo a figura jurídica do Direito e segundo a figura biológica da Vida (Gadet; Pêcheux, 2004 [1981], p. 28).

Para os autores, o poder burguês opera simultaneamente pela figura jurídica do Direito e pela figura biológica da Vida, sendo a “absorção negociada da diversidade” uma função da forma sociologista, estratégia de inclusão controlada da diferença. No discurso de Isidório, essa simultaneidade se desfaz: a Vida (dádiva divina, processo biológico) ocupa o lugar da verdade universal, da regra, do único modelo possível de existência; o Direito, descolado da forma sociologista, é reduzido a concessão precária à exceção, tolerância da diferença desde que ela não ameace a superioridade e a universalidade da regra.

Conclusão

A análise empreendida permitiu compreender como a fala do deputado Pastor Sargento Isidório, no contexto dos debates sobre o PL 5167/2009, se sustenta em um entrelaçamento dos discursos religioso e biologizante que, ao naturalizarem sexo e gênero como essências, buscam

interditar as possibilidades de dissidência sexual e de gênero. Ao mesmo tempo, observou-se que esse funcionamento não se dá apenas no conteúdo dos enunciados, mas sobretudo na posição discursiva ocupada pelo sujeito que os profere (“pastor”, “sargento”, “doido”), designações que operam como dispositivos de autoridade e autenticidade, cristalizados no efeito-autor.

O efeito de universalidade produzido pela fórmula “todo mundo sabe/conhece” e reforçado por operadores como o “portanto” atua no sentido de mascarar a historicidade e a heterogeneidade constitutivas da linguagem, apresentando como evidência lógica o que é, em verdade, uma construção ideológica. Assim, o discurso se legitima pela naturalização de um sistema sexo/gênero cisheteronormativo, que reduz corpos e subjetividades à função reprodutiva e coloca como “fantasia” qualquer tentativa de deslocamento.

Do ponto de vista discursivo, fica evidente que a oposição estruturante entre Verdade/Fé/Natureza e Direito/Fantasia/Exceção organiza os sentidos na fala de Isidório, permitindo compreender a coerência de seu voto; coerência que só parece contraditória se tomada fora das condições discursivas que a produzem. O direito, aqui, não é concebido como instrumento de garantia universal de cidadania, mas como espaço de concessão precária àquilo que se mantém fora da regra.

A Análise de Discurso, ao se debruçar sobre tais enunciados, revela que não se trata de opiniões individuais ou de desvios pessoais, mas de efeitos de posições-sujeito inscritas em formações discursivas que hoje se reatualizam no cenário político brasileiro. Desse modo, o gesto de interpretação aqui realizado contribui para desnaturalizar evidências, mostrando como as falas que pretendem ser universais e neutras são, na realidade, profundamente situadas, historicamente determinadas e atravessadas por relações de poder.

Em última instância, analisar a fala de Isidório é compreender os modos pelos quais se atualizam, em nossa conjuntura, as estratégias discursivas de exclusão e hierarquização de corpos e sexualidades. É também discutir como o espaço político, longe de ser neutro, é permeado por disputas de sentido que definem quem pode ser reconhecido como sujeito de direito – e quem permanece relegado ao campo do “fantasioso”.

Referências

ASSUMÇÃO, Capitão; et al. **Projeto de Lei n. 5167/2009**. Altera o art. 1.521 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Brasília: Câmara dos Deputados, 05 maio 2009. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_imp;jsessionid=node01xtkv8gczwa328cx0c0phtmt0768536.node0?idProposicao=432967&ord=1&tp=completa. Acesso em: 28 ago. 2025.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009 [1949].

BÍBLIA SAGRADA. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Coord. tradução João Ferreira. Brasília: Editora da UnB, 1998.

BOITO JR., Armando. O neofascismo no Brasil. **Boletim Lieri**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-11, maio 2019. Disponível em: <https://laboratorios.ufrj.br/lieri/wp-content/uploads/sites/7/2019/05/Boletim-1-O-Neofascismo-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2025.

CARVALHO, Ana Luísa. Pastor e militar, deputado mais votado da Bahia declara apoio a Haddad e critica bancada evangélica. **Congresso em Foco**. Brasília, 18 out. 2018. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/45183/pastor-e-militar-deputado-mais-votado-da-bahia-declara-apoio-a-haddad-e-critica-bancada-evangelica> Acesso em: 28 out. 2025.

COSTA, Ana Clara. Parlamentar acha possível curar homossexuais com a pregação da Bíblia e quer criar o Dia do Hétero. **O Globo**. Salvador, 21 mar. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/a-historia-do-pastor-isidorio-ex-gay-deputado-mais-votado-da-bahia-23538776>. Acesso em: 28 ago. 2025.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Campinas: Pontes, 2004 [1981].

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas: Pontes, 2001

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. Social history and conceptual history. **Internation Journal of Politics, Culture and Society**, v. 2, n. 3, p. 308-325, 1989. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF01384827>

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Tradução Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. A Análise de Discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethania S. Mariani et al. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 [1983], p. 311-319.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Tradução José Horta Nunes. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010 [1983], p.49-57.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. Tradução Eni Orlandi e Greciely Costa. Campinas: Pontes, 2019 [1969].

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2022 [2002].

SOUZA, Bárbara; JÚNIOR, Evilásio; MARQUES, José. Pastor Sargento Isidório se diz “ex-homossexual, ex-drogado e ex-bandido”. **Bahia Notícias**. Salvador, 15 abr. 2013. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/entrevista/300-pastor-sargento-isidorio-se-diz-ex-homossexual-ex-drogado-e-ex-bandido-15042013>. Acesso em: 28 ago. 2025.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. In: RUBIN, G. **Políticas do sexo**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017 [1975], p. 9-61.

SILVA SOBRINHO, José Simão da. O teatro das identidades no discurso político-eleitoral. **Linguística**, v. 28, p. 41-56, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/pdf/ling/v28n1/v28n1a04.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2026.

TRAVERSO, Enzo. **As novas faces do fascismo: populismo e a extrema direita**. Tradução Mônica Fernandes, Rafael Mello e Raphael Lana Seabra. Belo Horizonte: Âyiné, 2021.

Recebido em: 29 de agosto de 2025

Aceito em: 26 de fevereiro de 2026